



A defesa de Portugal nas Guerras da Restauração 1640-1668

Augusto Moutinho Borges*

Luísa Machado Ferreira**

Nos inícios do século XVI, o rei D. Manuel I (1469-1521) quis saber o estado da arte sobre a defesa do reino, para o caso de eventual invasão castelhana, e mandou o seu escudeiro Duarte d'Armas desenhar, entre 1509 e 1510, as fortalezas ao longo da raia seca. É um documento que nos permite contextualizar o património amuralhado português, de sentir a grandeza e importância dos núcleos urbanos ao longo da raia e observar vivências do quotidiano. Grande parte dos castelos e cercas encontravam-se em razoável estado de conservação, para se defenderem de hipotéticos ataques, mas havia outros que necessitavam de rápidas intervenções pelo desgaste e ruína em que se encontravam, o que veio a acontecer em alguns casos.

Fatidicamente, o desaparecimento do jovem rei D. Sebastião (1554-1578), em 1578, provocou uma crise dinástica em Portugal, motivando a invasão do reino em 28 de julho de 1580 pelo exército espanhol. Após a ocupação ascendeu ao trono português o rei Filipe II de Espanha (1527-1598), seguido por mais dois monarcas com o mesmo nome, respetivamente Filipe I, II e III de Portugal. Durante a União Dinástica, entre 1580 a 1640, muitos castelos ao longo da raia deixaram de ser restaurados, entrando em ruína. A política unionista tinha como objetivo deixar cair os complexos amuralhados, evitando barreiras que dificultassem a entrada, em caso de rebelião, dos exércitos em Portugal. Durante sessenta anos, permitiu-se que muita pedra das cercas e castelos fosse reutilizadas em construções urbanas, prática que infelizmente perdurou no tempo e contribuiu para o desmantelamento defensivo.

O sistemático derrube de estruturas defensivas ao longo da raia era mesmo incentivado, o que levou a um esforço sobrenatural para repor as defesas a partir de 1641. No litoral deu-se o contrário, pois a costa poderia ser atacada por frotas inimigas, continuando-se com a construção de algumas fortalezas e fortes, designados à *moderna*.

Pelo deflagrar das Guerras da Aclamação, entre 1640-1668, desenvolveu-se uma estratégia defensiva na raia luso-espanhola e no litoral, através da construção de

uma rede de fortificações abaluartadas. Incidiam com relevância nas áreas geográficas de maior permeabilidade viária entre Espanha e Portugal, coincidindo com as cinco áreas naturais das invasões: no Minho, pela via de Santiago de Compostela e de Tui, entra-se por Valença do Minho, por Braga e Porto; pela Beira, desde Salamanca, Ciudad Rodrigo e Real Fuerte de la Concepción, passando a Almeida, a Pinhel, Trancoso e Guarda; desde Cáceres, seguia-se por Alcántara e Valencia de Alcántara acedendo-se a Marvão, a Castelo de Vide e Abrantes e, pela via de Mérida e de Badajoz, entra-se por Elvas, Estremoz e Évora. Estas linhas defensivas foram definidas ao longo dos séculos, tendo como apoios naturais o clima e a geografia.



Praça-forte de Elvas

As fortalezas abaluartadas constituem-se como um sistema militar defensivo entre os dois reinos na Península Ibérica, valorizados pelas técnicas pirobalísticas, a par da evolução dos métodos holandês, francês e italiano na arte de fortificar. As construções castrenses ainda hoje marcam o território de uma forma indelével, salientando-se na paisagem as altas torres de menagem medievais contornadas pelas muralhas abaluartadas, como em Estremoz. Por vezes as igrejas fortificadas integraram-se nos redutos amuralhados como apoio à defesa. Estas construções eram

fundamentais para ocupar militarmente o território, proporcionando ataques, impedindo avanços e retardando as invasões pela necessidade dos cercos, caso contrário os sitiados atacavam as retaguardas dos invasores colocando em perigo a sua marcha.

Quando se reforçou a defesa territorial, a partir de 1640, já se tinham definido três linhas defensivas pelos monarcas anteriores, quer para o litoral, quer para a raia seca. Na primeira linha ergueram-se castelos e centros urbanos para desgaste do invasor. Na segunda, desenvolveram-se centros fortificados de maior dimensão que os anteriores e que permitiam retardar os avanços dos exércitos. A terceira linha, mais para o interior, era constituída por grandes centros urbanos fortificados, com seus castelos e muralhas, dominando o território e dando apoio militar às duas primeiras linhas defensivas.

Foi, pois, nas primeiras linhas que se construíram, de forma rápida e massiva, novas cinturas amuralhadas à *moderna*, com capacidade de tiro de média e longa distância, pois eram as primeiras zonas de impacto contra os invasores, que vinham por terra e pelo Atlântico.

No interior português, privilegiou-se a entrada natural do Alentejo para construções abaluartadas, centradas no corredor fortificado entre Elvas e Évora. Nas restantes Províncias não se desenvolveram corredores amuralhados abaluartados, continuando a defesa a ser praticada pelos velhos castelos medievais. A construção e desenvolvimento das muralhas interferiu com a ocupação espacial. Em complemento natural da evolução estratégica, os centros defensivos viram, ao longo dos séculos, construírem-se equipamentos militares com múltiplas funções. Tinham como objetivo dar guarida aos soldados que se deslocavam para as praças-fortes e fortalezas, consolidando cidades e vilas com funções defensivas.

De forma a albergar os contingentes armados, construíram-se diversos equipamentos militares,

atraindo às povoações fortificadas um crescente número de assalariados que, profissional e economicamente, gravitam e vivem à sombra dos Regimentos. Nesta altura o exército português era formado por forças permanentes pagas e por forças milicianas, que eram chamadas em situações de perigo. As Ordenanças tinham os Terços pagos, formadas pelos filhos segundos de todas as classes, excluídos os filhos de viúvas e dos lavradores. Os Terços Auxiliares ou Milícias, incluíam todos os lavradores. Os homens casados só eram chamados em caso de guerra ou defesa da sua própria cidade, vila ou região.

O quotidiano nas praças-fortes era bastante trabalhoso e ocupado, mas também com tempos para o lúdico e convívio, proporcionando o crescente aumento de tabernas nos centros urbanos, com venda de comidas e bebidas, o que dinamizava a economia local, em parte proporcionado pela capacidade económica dos militares. No dia em que se recebia o *pré*, que era pago de três em três meses, havia grande animação entre os militares.



Praça-forte de Campo Maior, Porta de Santa Maria



As Guerras da Restauração e a defesa

Em 1 de dezembro de 1640 a nobreza portuguesa escolheu para rei de Portugal o duque de Bragança, futuro D. João IV (1604-1656). O advento das Guerras da Restauração transformou o passado defensivo, potenciando valores arquitetónicos e artísticos visíveis nas casas nobres dos militares que passaram a residir nas fortalezas, deixando as suas cortes de aldeia.

Durante a Dinastia de Avis (1385-1578) o poder local estava centralizado na fidalguia de solar e espada, passando agora a estar centrado nos militares e no

prestígio que traziam para defender o reino, sustentado por laços de camaradagem na defesa da Dinastia Nova e de Portugal com um rei natural.

De Norte a Sul de Portugal encontramos um variado conjunto de muralhas abaluartadas edificadas a partir desta altura, que atestam o esforço de guerra para perpetuar a autonomia portuguesa. É neste sentido que as fortificações, construídas a partir de 1641, constituem-se como elementos marcantes da humanização da paisagem, tanto no interior, ao longo da raia luso-

espanhola e no litoral, no Espaço Atlântico, no Brasil, em África, Oriente e na Oceânia.

Inicialmente, protegeram-se as cidades e vilas suscetíveis de serem ocupadas, como retaliação por parte dos espanhóis, incidindo nas seis áreas geográficas propícias às invasões terrestres, não só do lado português como também do lado espanhol.

No litoral o sistema defensivo foi desenvolvido de forma diferenciada. Delinearam-se linhas fortificadas com base numa grande praça-forte apoiada por fortalezas, de média construção, complementadas por fortes, fortins e redutos, de média e pequena elevação, mas o suficiente para impedir desembarques ao longo da costa e propiciar a ocupação e povoamento no litoral.



Praça-forte de Valença do Minho



Logo após a Aclamação, o rei D. João IV criou, em 5 de dezembro de 1640, o Conselho de Guerra e Junta das Fortificações, a quem competia tratar de todos os assuntos militares de máxima importância, como a organização do Exército e da Armada, do sistema defensivo e construção de fortificações. Competia-lhe ainda definir o número dos oficiais superiores, de nomear os governadores das Províncias e das fortalezas, assim como prover a disciplina e justiça de âmbito militar, fundamentais para gerir o equilíbrio entre os civis, os religiosos e os combatentes.

No caso específico da implementação e construção do sistema defensivo competia-lhes controlar os pagamentos das obras e ordenar a manutenção das fortificações, de planear o funcionamento das fundições para o fabrico de armas e munições, especialmente as que iriam dotar as muralhas com artilharia, de médio e de longo alcance.

Foi tudo bem planeado e estruturado, respondendo às melhores práticas operativas desenvolvidas na Europa, o que permitiu a rápida defesa do reino face ao poderio militar espanhol. Este exército encontrava-se redistribuído no controle das insurreições da Catalunha, da Andaluzia, de Portugal, da guerra nos Países Baixos a par dos conflitos com Inglaterra e França, o que permitiu aos portugueses estruturar a revolta dos nobres em vitórias nacionais.

Inicialmente construíram-se praças-fortes, que com o aumento de fortes aumentaram o poderio militar, tornando-se praças-de-guerra. Para a sua defesa, concentravam um vasto conjunto de soldados de infantaria, de cavalaria e artilharia, a par do reforço da logística com as fábricas de pão, os matadouros e hospitais militares. O corpo especializado dos engenheiros militares não era fixo, movimentando-se de Praça para Praça, de forma a acompanhar as obras necessárias em cada fortificação.

Na raia luso-espanhola houve necessidade de criar praças-fortes satélites, para grande defesa de um ponto geográfico de entrada natural entre Espanha e Portugal. Na Província do Minho centrou-se o poder em Valença do Minho. Lateralmente desenvolveram-se as fortificações de Caminha e de Vila Nova de Cerveira, a poente, e de Moção e Lindoso, a nascente, apoiadas por Ponte de Lima onde se construiu o Real Hospital Militar de Retaguarda.

No Alentejo a cidade de Elvas é a grande praça-de-guerra, apoiada a norte por Campo Maior e Ouguela, a sul por Juromenha e Olivença e no interior por Estremoz e Évora. Nas elevações à volta de Elvas foram construídos três fortes, que apoiavam a defesa e que, em caso de a cidade ser ocupada, constituíam redutos de ataque, porque estão ao alcance do tiro de peças de artilharia e que em fogo cruzado batiam as muralhas.

No litoral o sistema defensivo consistia na construção de praças-fortes, como em Caminha, em Peniche, Setúbal e Castro Marim, apoiadas por cidadelas, como em Cascais. As fortalezas de Viana do Castelo, da Póvoa de Varzim, Buarcos, Oeiras, da Bacia de Setúbal e Sagres, eram constituídas por grandes estruturas amuralhadas, que não rodeavam os centros urbanos, mas que, pela sua implantação estratégica, dificultavam o desembarque e protegiam os aglomerados populacionais. Ainda para controlar as enseadas, propícias aos desembarques dos invasores, foram construídos fortes ao longo de toda a costa, destacando-se a Linha Defensiva do Tejo, entre o Guincho, em Cascais, e o castelo de S. Jorge, em Lisboa. Este conjunto defensivo constitui-se como um dos melhores conjuntos mundiais para defender o território no século XVII, onde se tinha fixado a capital política de Portugal.

Nas margens do rio Tejo, as presenças físicas do complexo defensivo datam, com maior evidência, desde o século XII até ao século XX, ou seja, desde o início da nacionalidade até à atualidade. Os momentos identificativos destas estruturas percorrem o leque da arquitetura romana, árabe, medieval, época moderna e contemporânea. É com maior incidência que as Fortificações da Linha Defensiva do Tejo se desenvolveram com a construção da Torre de S. Vicente de Belém, em 1514, constituídas no presente por cerca de 25 fortificações, das cerca de 50 construções iniciais distribuídas nas margens direita e esquerda e no próprio rio Tejo.

No litoral, a par do conjunto edificado, ainda havia a Armada que vigiava a costa portuguesa desde o rio Minho ao rio Guadiana, apoiando a defesa quando necessário, pois Portugal tinha uma das melhores e bem equipadas Marinhas-de-Guerra da Europa. Na foz destes dois importantes rios, foram construídos fortes, no Norte o Forte da Ínsua e no Sul, o complexo de Castro Marim.



Praça-de-guerra de Castro Marim, baluarte e capela de Santo António



Esta preciosa ajuda, na defesa por terra e por mar, cruzando a linha de fogo das peças de artilharia, não podia ser utilizada no interior e ao longo da raia seca. Por este motivo os sistemas defensivos nas praças-fortes na fronteira luso-espanhola foram redobrados, como se constata nos terrenos envolventes às muralhas, pela extensão dos fossos secos, pela largura dos baluartes e das estacadas que rodeavam as linhas exteriores.

Associados à arte da guerra, deparamo-nos com a componente religiosa. As igrejas, as capelas, oratórios e nichos fazem parte do quotidiano das fortificações para poio espiritual aos militares. As construções civis, as residências régias, as casas dos governadores, os centros de produção, os fornos de cal para construção das

muralhas, as cisternas e outros equipamentos fazem parte do sistema militar que foram implementados nos centros urbanos.



Praça-de-guerra de Castro Marim, Forte de S. Sebastião



No litoral os portos de mar para embarque e desembarque de quem estava nas fortalezas, muitas vezes para fuga e vigia da costa e vias fluviais, era uma necessidade que se refinou com a necessidade defensiva. As fortificações marítimas prestavam auxílio às embarcações através da instalação de faróis, quer em tempo de guerra, quer em tempo de paz, prática que ainda subsiste com a presença de faróis em grande parte das fortalezas e fortes, realidade desnecessária na raia luso-espanhola.

O espectro defensivo não se circunscreve exclusivamente à arte castrense, mas envolve a componente cultural e patrimonial. A praça-de-guerra, que pela sua complexidade se constitui como a Cidade-fortaleza de Elvas, está classificado como Património da Humanidade-UNESCO, desde 2012, encontrando-se em avaliação para obter a mesma classificação as praças-fortes de Almeida, Marvão e Valença do Minho.

É, também, neste sentido que a excecionalidade das Fortificações da Linha Defensiva do Tejo, na sua totalidade classificadas como Monumento Nacional (MN) ou Imóvel de Interesse Público (IIP), revestem-se como um modelo para a arte de edificar e afirmar a presença de Portugal no mundo. Deste complexo sistema defensivo do Tejo destaca-se a Fortaleza de S. Julião da Barra, o *Escudo do Reino*, afeta ao Ministério da Defesa e que é detentora de vasto património arquitetónico e artístico, especialmente na área da azulejaria portuguesa, a par da Cidadela de Cascais.

As praças-de-guerra, as praças-fortes, fortalezas e fortes deixaram de serem elementos bélicos, que no passado foram edificados para a guerra e no presente estão a ser usados ao serviço da cultura, salvaguardando-se assim o património castrense.

O território como estaleiro

A construção das muralhas era um verdadeiro estaleiro necessitando de grande quantidade de mão de obra especializada, tal como no passado foram as catedrais, os conventos e igrejas, contribuindo para a fixação populacional onde se edificaram estes redutos defensivos.

As torres de menagem e as altas muralhas, exclusivamente de pedra, passaram a estar desprovidas de sentido defensivo. Por serem metralhadas à distância, as muralhas começaram a ser rebaixadas e serem bastante largas para levarem, em sobreposição, traveses em terra para amortecerem o impacto dos pelouros de pedra e das bombas em ferro.



Elvas, Forte de Nossa Senhora da Graça ou de Lippe



A sua construção dependia da implantação geográfica dos espaços urbanos, da capacidade de abastecimento em caso de cerco, de formas e distância de contato entre as fortificações limítrofes. As comunidades urbanas eram diferentes entre si, com povoados de grandes e de médias dimensões, sendo necessário projetarem-se e alinharem-se as construções defensivas por especialistas.

As fortalezas como elos identitários agregadores do passado e do futuro

Cada vez mais o património e identidade constituem-se como elementos agregadores entre a humanização dos espaços e a sua história, catapultando elementos arquitetónicos, artísticos e culturais para vincular o ser humano ao lugar de pertença. As heranças materiais são importantes, mas os legados imateriais potenciam outras e novas perspetivas para interligar o ser com a terra.

Foi da responsabilidade dos engenheiros militares os projetos, as construções e os levantamentos das fortalezas ao longo dos séculos XVII a XIX, sendo responsáveis pela grande variedade de fortificações, de equipamentos militares e de sistemas de canalização para captação de água. Por si só, uma construção e complexo militar abaluartado era a demonstração do poder real, perante um rei que assumiu a coroa portuguesa em 1640 e tinha de se afirmar perante os súbditos e os monarcas europeus.

Foi no Alentejo que se desenvolveu até ao limite o complexo sistema militar abaluartado. Centrava-se a defesa na grande praça-de-guerra de Elvas, contornada pelos Fortes da Graça, de Santa Luzia, de S. Domingos, S. Francisco, S. Pedro e Fortim de S. Mamede.

O poder militar tinha, naturalmente, que se sobrepor ao civil, obrigando a que na projeção defensiva das praças-fortes houvesse equilíbrio entre a população e os militares. Estes seriam sempre em maior número, de forma a que os habitantes não exercessem pressão sobre o governador, no caso de haver necessidade de capitulação das Praças na sequência dos cercos prolongados.

A documentação cartográfica existente é imensa, desde projetos de campanhas militares, como a de 1762, operada na sequência da Guerra dos Sete Anos, que ocupou diversas praças do Nordeste Transmontano e das Beiras. Outros mapas e desenhos de ataques, de invasões e de exercícios são elementos fundamentais para perceber a construção abaluartada em Portugal, quer no litoral, quer na raia, de que o Gabinete de Estudos Arqueológicos de Engenharia Militar (DIE) e o Arquivo Histórico Militar (DHCM), são fiéis responsáveis pela sua salvaguarda, estando sempre disponíveis e colaboradores para os investigadores nacionais e estrangeiros.

No tempo e no espaço, em que cada vez mais as tendências globalizantes interrompem ciclos de perenidade, o património é a grande referência para preservar a identidade, não esquecendo sempre as ligações entre o imaterial e o material associados ao território. Muitas vezes os castelos, as fortalezas, as igrejas e os pelourinhos estabelecem estes laços de união, tornando-se elementos simbólicos para identificar

as origens e transpor aos outros a função cimeira de salvaguarda dos valores históricos.

O património castrense constitui-se como referência através dos tempos para todas as gerações, o que motiva, desde tenra idade, a saber olhar para estas construções como se fizessem parte integrante da vida familiar. Sem o sabermos e termos consciência, surge a função de agirmos como protetores destes espaços sagrados, que interferem com a forma como se vê e entende o património militar. De pessoal alarga-se ao coletivo e surge a consciencialização de que estes edifícios, tutelados pelo Estado ou empresas públicas, são estritamente seus, porque já o foram dos antepassados e continuam perenes com os jovens.



Almeida, Museu Histórico Militar, Sala das Invasões Francesas



Ao longo dos anos, principalmente após 1974, surgiram inúmeras Associações de Defesa do Património, a quem o País muito deve, porque foram fundamentais para alertar e pugnar pela salvaguarda de sítios, de conjuntos, de edifícios e espaços urbanos. Tinham os mesmos ideais que vinham da tradição das obras promovidas pela Direção-Geral de Monumentos e Edifícios Nacionais, empreitadas promovidas desde 1938, em grande parte nos castelos e nas fortalezas portuguesas. Cometeram-se erros aos olhos dos atuais preceitos de conservação e restauro, mas fizeram obra que chegou ao presente, incentivando o tal sentido de pertença, abanaram mentalidades sobre o valor patrimonial e identitário dos redutos e fomentaram a raiz de salvaguarda no coletivo.

Traçaram linhas programáticas para que as gerações futuras entendessem o seu património, com publicações temáticas para compreensão das obras em causa. Potenciaram visitas aos locais e abriram portas para que a cultura e o património sejam de todos e para todos. A crescente valorização patrimonial é reconhecida com a

classificação, por parte do Governo de Portugal e pela UNESCO, com as nomenclaturas de Monumento Nacional (MN), de Imóvel de Interesse Público (IIP) e de Imóvel de Interesse Municipal (IIM), acrescido desde a década de 1980 como Património Mundial ou da Humanidade, fortalecido ou não com Zona Especial de Proteção (ZEP), promovendo a conservação e precavendo cada vez mais atentados contra o património.

Os castelos e fortalezas, que durante tantos anos sofreram consequências pelos predadores locais e nacionais contra bens edificados, estão agora mais protegidos, porque se constituem símbolos ideológicos da nossa portugalidade, havendo consciência da população para a sua defesa, proteção e usufruto.

O despertar de consciências potenciou que nas Escolas se desenvolvessem Clubes de Património e Identidade, proporcionando aos jovens visões integralistas para explorarem novos conceitos para salvaguarda do passado edificado. Incentivaram e promovem as visitas culturais e patrimoniais para conhecer, *in situ*, os monumentos que nos representam, integrando-se no sistema de aprendizagem direto. Aqui sentimos os aromas dos espaços, vivenciamos o clima das regiões e pisamos caminhos e calçadas ancestrais, matérias que os livros e os média não conseguem proporcionar.

Cada vez mais a recriação de museus e centros interpretativos apelam aos sentidos e à compreensão das muralhas, dos edifícios e da história geradora de mil estórias para vivenciar e experienciar, cada um à sua maneira.

As praças-fortes, fortalezas e fortes constituem-se então como elos agregadores do passado rumo ao futuro, onde cada vez mais a sua recuperação, restauro e conservação é desenvolvida para uma reocupação com novas funções, dando vida às velhas construções defensivas, tanto no litoral como na raia luso-espanhola.

Numa sociedade onde tudo é cultura e o património se potencia como parte integrante da economia, a valorização do edificado defensivo da Restauração constitui-se como um potencial turístico, fundamental para robustecer a nossa identidade para as gerações futuras.

Os jovens de hoje vão ser os conservadores do património no futuro, com novas visões e preocupações quanto ao legado histórico destes monumentos, que representam o esforço dos ancestrais para que Portugal continue a ser o país com as fronteiras mais antigas da Europa.



Definição das fortificações abaluartadas em Portugal

Praças-de-guerra: Cidades com pré-existência de castelos e muralhas medievais, com forte implementação urbana protegidas com muralhas abaluartadas, de forma a constituírem-se como redutos defensivos onde coabitavam equipamentos militares, edifícios religiosos (ou não) e residências civis. Muitas vezes, na construção faseada, os equipamentos militares sobrepuseram-se aos imóveis existentes, fossem de carácter religioso ou civil, pois o que estava em primeiro era a valorização militar face a qualquer outro interesse arquitetónico. A praça-de-guerra era dotada de elementos fortificados para apoio à defesa, podendo ser fortes ou fortins.

Ex.: Castelo de Vide, Castro Marim, Chaves, Elvas, Peniche.

Praças-fortes: Cidades ou vilas com pré-existência de castelos e muralhas medievais, com forte implementação urbana que foram protegidas com muralhas abaluartadas, com os mesmos princípios das praças-de-guerra, mas eram fortificações isoladas sem apoio de fortes ou fortins.

Ex.: Almeida, Marvão, Monção, Valença do Minho.

Cidadelas: Fortificação de grande complexidade de serviços e equipamentos onde se alojavam apenas militares para depois irem ocupar os fortes e redutos na sua área de influência. Não era habitada por civis, podendo haver exceções para familiares do governador e oficiais.

Ex.: Cidadela de Cascais.

Fortalezas: Construção defensiva de grande complexidade onde a guarnição, constituída por grande número de artilheiros e infantas, permanecia durante todo o ano para defesa do litoral e da raia seca.

Ex.: Santiago da Barra, Nossa Senhora da Conceição, São João Baptista, São Julião da Barra, Sagres.

Fortes e Fortins: Pequena construção defensiva onde se encontrava um reduzido número de artilheiros e de infantas, que tinham por missão defender um espaço definido junto a uma praça-de-guerra ou uma enseada no litoral que, pelo cruzamento da linha de tiro com outro forte ou um navio, protegiam uma área mais vulnerável.

Ex.: Ínsua, Nossa Senhora da Graça, Santa Catarina, Santa Luzia, S. Francisco Xavier, S. Jorge dos Oitavos, S. Sebastião, Santo António.

Bibliografia

BARROCA, Mário, *As fortificações do litoral portuense*. Lisboa: Inapa, 2001.

BOIÇA, Joaquim Manuel Ferreira, BARROS, Maria de Fátima Rombouts, RAMALHO, Margarida de Magalhães, *As Fortificações Marítimas da Costa de Cascais*. S.l.: Quetzal, 2001.

BORGES, Augusto Moutinho e FERREIRA, Luísa Machado, *Viagem por Vilas e Aldeias Históricas de Portugal*. Madrid: Zinet, julho 2025.

BORGES, Augusto Moutinho, *Castelos e Fortalezas do Litoral – Património e Identidade*. Lisboa: CTT Edições, 2025.

BORGES, Augusto Moutinho, *Castelos e Fortalezas da Raia Luso-Espanhola – Património e Identidade*. Lisboa: CTT Edições, 2023.

BORGES, Augusto Moutinho e FERREIRA, Luísa Machado, *Viagem por Castelos de Portugal*. Madrid: Zinet, fevereiro 2025.

BORGES, Augusto Moutinho, “Culto a Nossa Senhora da Conceição na arquitetura e nos equipamentos militares em Portugal”. In: *Padroeira de Portugal. Mulher, Mãe e Rainha: 375 anos da Coroação de Nossa Senhora da Conceição - Estudos*. Lisboa: Instituto da Padroeira de Portugal, 2023, pp. 277-310.

BORGES, Augusto Moutinho, *Azulejaria na Fortaleza de São Julião da Barra*. Lisboa: By the Book, 2021.

BORGES, Augusto Moutinho, e CHAVES, Luís, *O Exército, São João de Deus e a Rainha Santa Isabel*. Lisboa: By the Book, 2020.

BORGES, Augusto Moutinho, e PEREIRA, Pedro Teotónio, *Santo António e o Exército – Na História, Arte e Arquitetura Militar*. Lisboa: By the Book, 2019.

BORGES, Augusto Moutinho, “O Estado de Conservação das Praças da Beira no ano de 1762 – Impactos de uma Invasão”. In: *XXI Colóquio de História Militar*. Lisboa: Comissão Portuguesa de História Militar, 2013, pp. 367-396.

BORGES, Augusto Moutinho, “S. Francisco e St.º António na Toponímia e Arquitectura Militar em Portugal”. In: *III Congresso Internacional do Franciscanismo*. Madrid: Asociación Hispánica de Estudios Franciscanos, 2009, pp. 411-422.

BORGES, Augusto Moutinho, *Reais Hospitais Militares em Portugal, 1640-1834*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2009. (Prémio Defesa Nacional 2007).

BORGES, Augusto Moutinho, “Miguel Luís Jacob, Um Engenheiro Militar na Praça de Almeida, 1759-1771”. In: *I Jornadas de Memória Militar*. Lisboa: Comissão Portuguesa de História Militar, 2009, pp. 247-301.

BORGES, Augusto Moutinho, “O Exército Português e a Iconografia Religiosa, Toponímia, Santos Patronos, Irmandades, Confrarias e Capelas”. In: *Actas do XV Colóquio de História Militar «Portugal Militar»*. Lisboa: Comissão Portuguesa de História Militar, II vols., 2006, pp. 727-753.

BUCHO, Domingos, *Fortificações de Campo Maior – História, Arquitectura e Restauo*. Elvas: Região de Turismo de Portalegre, 2002.

BUCHO, Domingos, *Cidade-Quartel Fronteiriça de Elvas e Suas Fortificações*. Lisboa: Colibri, 2015.

BUCHO, Domingos, *Métodos e escolas de fortificação abaluartada em Elvas*. Lisboa: Colibri, 2010.

CALLIXTO, Carlos, “As fortificações marítimas do tempo da Restauração”. In: *Portugal no mundo: História das fortificações portuguesas no mundo*. Lisboa: Alfa, 1989, pp.207-220.

CARDOSO, Pe. Luís, *Memórias Paroquiais do Reino de Portugal*. Lisboa: Real Academia das Ciências de Lisboa, 1767.

CARITA, Rui, CARDOSO, António Homem, *O Escudo do Reino – A Fortaleza de São Julião da Barra*. Lisboa: Ministério da Defesa Nacional, 2007.

CASTRO, João Baptista de *Mappa de Portugal Antigo e Moderno*. Lisboa: Officina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno, IV tomos, 1763.

COUTINHO, Valdemar, *Castelos, Fortalezas e Torres da Região do Algarve*. Faro: Algarve em Foco, 1997.

DARMAS, Duarte, *Livro das Fortalezas*. Lisboa: Caleidoscópio, 2015.

DGEMN, *Monumentos de Sagres*. Lisboa: Boletim da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, n.º 100, 1960.

FORTES, Manuel Azevedo, *O Engenheiro português*. Lisboa: Officina de Manoel Fernandes da Costa, 2 vol., 1728-1729.

GARCIA, José Manuel, *A Magnífica Torre de Belém*. Lisboa: Verso da História, 2014.

GASPAR, Diogo e BERGER, José Paulo, *Fortificação do Território – a segurança e defesa de Portugal do século XVII ao século XIX*. Lisboa: Museu da Presidência, 2013.

GIL, Júlio e CABRITA, Augusto, *Os mais belos castelos e fortalezas de Portugal*. Lisboa: Verbo, 1989.

LIMA, Miguel Pedroso de *Muralhas e fortificações de Évora*. Lisboa: Argumentum, 2004.

MENDES, António Rosa, *Castro Marim – baluarte defensivo do Algarve*. Castro Marim: CM Castro Marim, 2010.

MONTEIRO, João Gouveia, *Os castelos portugueses dos finais da Idade Média – presença, perfil, conservação, vigilância e comando*. Estudos da Faculdade de Letras de Coimbra. Coimbra: Colibri, 1999. (Prémio Defesa Nacional 1999).

MOREIRA, Luís Miguel, “Desenhar a Linha – A Fronteira Luso-galega do Alto Minho na Cartografia Militar Portuguesa dos Séculos XVII-XIX”. In: *Revista de Historiografia*. Madrid: Universidad Carlos III de Madrid, n.º 23, 2015, pp. 47-66.

MOREIRA, Rafael (dir.), *História das Fortificações Portuguesas no Mundo*. Lisboa: Alfa, 1989.

MOREIRA, Rafael, “Do Rigor Teórico à Urgência Prática – A Arquitectura Militar”. In: *História da Arte em Portugal*. Lisboa: Alfa, vol. 8, 1986, pp. 67-85.

NUNES, António Lopes Pires, *Dicionário de Arquitectura Militar*. Lisboa: Caleidoscópio, 2005. (Prémio Defesa Nacional 1990).

PIMENTEL, Luís Serrão, *Methodo Lusitano de desenhar as fortificações das Praças Regulares e Irregulares*. Lisboa: Antonio Craesbeeck de Mello Impressor, 1680.

RIBEIRO, Orlando, *Introduções Geográficas à História de Portugal*. Lisboa: Letra Livre, 2018.

VALLA, Margarida, “As Praças-Fortes na fronteira do rio Minho – Caminha, Valença e Monção”. In: *4.º Congreso Internacional sobre Las Fortificaciones Y El Mar*. Madrid: Ayto. Alcala de Guadaira, 2008, pp. 303-312.

Plantas da «GUERRA PACTO DE FAMÍLIA, 1762». PT/AHM/DIV/3/47/AP1/17098-260001, PT/AHM/DIV/3/47/AP1/17098-270003, PT/AHM/DIV/3/47/AP1/17098-380001, PT/AHM/DIV/3/47/AP1/17098-380002.

DIE-GEAEM, *Forte da Ínsua, Caminha, 1797*, Maximino José da Serra. PT-GEAEM-3655-I-3-37-51.

DIE-GEAEM, *Forte de S. João de Deus*, Bragança, século XVIII. PT-GEAEM-925-1-4A-8.
DIE-GEAEM, *Praça de Juromenha*, 1755, Miguel Luiz Jacob. PT-GEAEM-1391-3-40-PP.
DIE-GEAEM, *Praça de Monção*, 1802, J. J. d'Almeida (Joaquim José de Almeida e Freitas). PT-GEAEM-3103-II-2-21-30.
DIE-GEAEM, *Praça de Valença do Minho*, 1777, José Champalimaud de Nussane. PT-GEAEM-2791-2A-25A-36.
DIE-GEAEM, *Praça de Almeida*, 1764, Miguel Luiz Jacob. PT-GEAEM-554-1-2-2-a. PT-GEAEM-554-1-2-2-c. PT-GEAEM-555-1-2-2-b. PT-GEAEM-556-1-2-2.
DIE-GEAEM, *Praça de Campo Maior*, 1755, Miguel Luiz Jacob. PT-GEAEM-3771-2-17A-25.
DIE-GEAEM, *Forte da Graça, Elvas*, após 1762. PT-GEAEM-1618-1A-13-17.
DIE-GEAEM, *Praça de Elvas*, 1755, Miguel Luiz Jacob. PT-GEAEM-1608-1A-14-19.

* Delegado da Sociedade Histórica da Independência de Portugal em Riba Côa, Academia Portuguesa da História, Comissão Portuguesa de História Militar.

** Agrupamento de Escola D. Dinis, Santo Tirso